

Entre a pele e a política: a resistência negra como projeto de sociedade e horizonte epistemológico decolonial.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17947673>

Tamara da Silva (Gestora Pública, Mestranda em Políticas Públicas/UFPR)

Email: tamara.dasilva@hotmail.com

Resumo: Este artigo propõe a resistência negra como um projeto de sociedade que tensiona as dicotomias corpo/política e individual/coletivo. A partir da experiência cotidiana das pessoas negras suas disputas pelo corpo livre e autônomo, ressignifica-se a esfera política numa epistemologia engajada com a descolonização. Entre teoria e experiência, examina-se como práticas interpessoais e coletivas, pautadas na negritude, conformam uma agenda política emancipada.

Palavras-chave: resistência negra; política corporal; interseccionalidade; epistemologia descolonial.

1. Introdução

A pele negra, carregada de história e sofisticação, é também território de exposição social. Sob a lente de pensadoras negras, ela não é apenas marca identitária: é terreno político, palco de violência e sede de afirmação. Este artigo busca analisar a resistência negra como projeto de sociedade entendido como um conjunto de tensões, práticas e epistemologias que se articulam para transformar o Brasil num espaço de justiça, equidade e alteridade.

Essas práticas não se limitam à atuação institucional ou partidária, mas se expressam em modos de existir, resistir e criar que se desdobram nos territórios periféricos, nas comunidades quilombolas, nos espaços urbanos e na vivência cotidiana de quem carrega na pele o histórico de opressão e luta.

A resistência negra, nesse sentido, não se configura apenas como reação à exclusão, mas como construção ativa de mundos possíveis, fundados em valores como ancestralidade, coletividade, espiritualidade, justiça racial e autonomia.

Neste sentido, a centralidade do corpo na política negra evidencia uma ruptura com o modelo racional-iluminista hegemônico da modernidade ocidental. O corpo negro não é mero portador de demandas; é fonte de conhecimento, memória e invenção.

Na escuta dos saberes ancestrais, na potência das experiências vividas e na reivindicação da estética como ética, emerge uma epistemologia insurgente que desloca os centros tradicionais de produção do saber. Ao tornar visíveis os modos de ser e de pensar das populações negras, essa epistemologia reivindica o direito de imaginar e instituir outra

sociedade mais justa, plural e enraizada nas histórias silenciadas.

Assim, este artigo busca refletir sobre a resistência negra como um campo epistemopolítico que questiona as estruturas excluidentes do Estado e da sociedade, propõe alternativas emancipatórias e reposiciona os sujeitos negros como protagonistas na formulação de um novo pacto civilizatório.

O texto se organiza em quatro partes: inicialmente, discute-se a centralidade do corpo como território político; em seguida, analisa-se a construção de práticas de resistência ancoradas na cultura e na espiritualidade negra; posteriormente, aborda-se a contribuição das epistemologias negras na redefinição do conceito de política; por fim, propõem-se caminhos para políticas públicas que reconheçam e incorporem essa matriz civilizatória como horizonte coletivo.

Justifica-se este estudo pela necessidade urgente de aprofundar o debate sobre as formas como os corpos negros historicamente marcados pela violência, exploração e controle se tornam protagonistas de processos de emancipação social e política.

Em um cenário em que o racismo estrutural ainda determina o acesso desigual a direitos, recursos e representatividade, compreender a resistência negra como um projeto de sociedade implica deslocar os marcos convencionais do pensamento político ocidental e valorizar as epistemologias construídas desde as margens.

A proposta de pensar o corpo negro como território político parte do entendimento de que não há separação entre a experiência vivida e a produção de conhecimento. Tal perspectiva rompe com a tradição eurocêntrica que dissocia razão e sensibilidade, mente e corpo, sujeito e estrutura. As mulheres negras, em especial, têm desenvolvido uma crítica interseccional que revela como gênero, raça, classe e território se entrecruzam, potencializando tanto as formas de dominação quanto os modos de resistência.

Assim, esta pesquisa também se inscreve na linhagem do pensamento mulherista-africano e afro-diaspórico, que reorienta as práticas políticas a partir de valores como cuidado coletivo, reciprocidade, ancestralidade e dignidade.

Além disso, ao abordar a cultura e a espiritualidade como dimensões centrais das práticas de resistência negra, este estudo amplia o campo da análise política, incorporando expressões que historicamente foram marginalizadas ou desqualificadas pelo saber acadêmico

tradicional.

Os terreiros, os batuques, os corpos em movimento, as práticas de autocuidado e os rituais de cura são aqui compreendidos como expressões legítimas de luta e elaboração política, que articulam presente, passado e futuro de maneira não linear. Por fim, ao propor caminhos para políticas públicas que dialoguem com essas formas de existência e resistência, o texto busca contribuir para uma agenda pública antirracista, decolonial e pluriepistêmica.

Reconhecer a matriz civilizatória negra como fundante de alternativas possíveis para o bem viver no Brasil é mais do que uma tarefa acadêmica: é um compromisso ético com a justiça histórica e com o futuro do país.

O objetivo principal deste artigo é analisar a resistência negra como um projeto de sociedade que tensiona e articula as dicotomias entre corpo e política, bem como entre o individual e o coletivo. Busca-se compreender como a experiência corporal das pessoas negras marcada por disputas por autonomia, reconhecimento e liberdade serve como fundamento para a construção de uma epistemologia política descolonial e emancipatória. Pretende-se, ainda, identificar as práticas culturais, espirituais e políticas que, ancoradas na negritude, configuram modos alternativos de organização social e de produção de conhecimento.

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, com ênfase em métodos bibliográficos, documentais e em pesquisa participante. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental abrangente, que envolveu a análise crítica de textos acadêmicos, documentos históricos, artigos e produções que abordam a resistência negra, as epistemologias decoloniais, a centralidade do corpo na política e as práticas culturais e espirituais da negritude.

Além da pesquisa em fontes escritas, o trabalho incorporou a participação ativa em eventos políticos, rodas de conversa e encontros comunitários relacionados aos movimentos negros, periféricos e mulheristas. Essas vivências possibilitaram a observação direta das práticas de resistência, a troca de saberes e a compreensão das dinâmicas coletivas de luta e organização.

A combinação dessas abordagens permitiu uma articulação entre a teoria e a experiência, favorecendo uma análise crítica situada e engajada com os processos de

descolonização e emancipação social. A metodologia adotada valoriza a pluralidade de vozes e saberes, respeitando o protagonismo dos sujeitos negros na produção do conhecimento e na construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

2. Metodologia

Este estudo se inscreve no campo da pesquisa qualitativa, de natureza interdisciplinar, articulando métodos bibliográficos, documentais e etnográficos de inspiração participante. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico que abrangeu obras fundamentais das epistemologias negras (Carneiro, 2003; Collins, 2000), dos estudos decoloniais (Mbembe, 2018; Walsh, 2009) e das teorias feministas interseccionais (Crenshaw, 1989; Gonzalez, 2020).

A dimensão empírica da pesquisa se concretizou pela participação em rodas de conversa, encontros de movimentos periféricos, atividades culturais e espaços comunitários de matriz africana. Essas vivências ocorreram entre 2022 e 2024, em Curitiba e região metropolitana, com foco em territórios quilombolas e periferias urbanas com forte organização negra e mulherista.

Tais experiências permitiram observar e compreender as práticas cotidianas de resistência, os modos de produção de saber coletivo e as estratégias de enfrentamento do racismo estrutural. A metodologia buscou valorizar a escuta sensível, os saberes orais e os afetos como dimensões legítimas de produção de conhecimento, conforme propõe bell hooks (1992, p. 145), ao afirmar que “o conhecimento mais transformador emerge da experiência vivida, e não apenas da abstração intelectual”.

A valorização de saberes situados e de vozes historicamente silenciadas está alinhada ao que Sueli Carneiro (2003, p. 23) define como enfrentamento ao “epistemicídio”, que é a negação sistemática das formas de conhecer das populações negras. Assim, o estudo assume como horizonte ético-epistemológico a pluralidade de fontes e sujeitos, em conformidade com a proposta de uma pesquisa decolonial, antirracista e engajada com os territórios.

3. Desenvolvimento e Referencial Teórico

A resistência negra, entendida como um projeto político e social, tem na centralidade

do corpo e na interseccionalidade suas principais linhas de articulação para a construção de uma nova matriz civilizatória. Para compreender essa resistência, é fundamental dialogar com os aportes das epistemologias negras, dos estudos decoloniais e das teorias feministas negras, que juntas tensionam as dicotomias tradicionais do pensamento ocidental, como corpo/mente, individual/coletivo e política/cotidiano.

Essa construção epistemológica propõe uma política ancorada na experiência vivida, onde o corpo negro, historicamente subalternizado, emerge como território de luta, memória e criação.

A espiritualidade, a ancestralidade e a cultura popular deixam de ser elementos marginais e tornam-se eixos estruturantes de práticas políticas que rompem com os padrões hegemônicos de racionalidade, masculinidade e branquitude. Assim, a resistência negra se expressa não apenas em grandes movimentos organizados, mas também nas micropolíticas do cotidiano – nos gestos, nas narrativas, nas linguagens e nas redes de afeto e solidariedade que sustentam os territórios periféricos e quilombolas.

Ao reconhecer essas práticas como formas legítimas de ação política, desloca-se a centralidade do Estado como único produtor de políticas públicas e reposiciona-se o sujeito negro como agente histórico, produtor de saberes e de alternativas civilizatórias. A articulação entre corpo, território, cultura e espiritualidade passa a ser não apenas estratégia de sobrevivência, mas horizonte ético e político de reexistência e transformação social.

3.1 O Corpo como Território Político

O corpo negro é locus de violências históricas e contemporâneas, mas também é lugar de afirmação, resistência e criação. A partir das reflexões de autores como Frantz Fanon (1967), bell hooks (1992) e Achille Mbembe (2003), o corpo é compreendido como um espaço político, onde se travam lutas contra a desumanização e o racismo estrutural. Fanon, por exemplo, destaca como o corpo negro é “marcado” pela colonialidade e pela violência, mas também como o locus da consciência e da libertação. “O corpo negro é um objeto no mundo de um branco, mas também um corpo que pensa a sua própria negação” (Fanon, 1967, p. 110).

As teorias feministas negras ampliam essa análise ao enfatizar o corpo das mulheres

negras como espaço de múltiplas opressões e de resistência estratégica. A interseccionalidade, conforme articulada por Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundada por estudiosas como Patricia Hill Collins (2000), revela como gênero, raça, classe e sexualidade se cruzam na produção das desigualdades, e como esses marcadores são sentidos no corpo e nas experiências cotidianas.

3.2 Cultura, Espiritualidade e Práticas de Resistência

A cultura e a espiritualidade negras são elementos centrais na construção das práticas de resistência, atuando como fontes de resiliência, identidade e organização coletiva. Os saberes ancestrais, as religiões de matriz africana, as expressões artísticas e os rituais comunitários são manifestações que reforçam vínculos, promovem a cura e reafirmam a dignidade frente às estruturas opressoras.

Autores como Sueli Carneiro (1996) e Kabengele Munanga (2003) apontam para a importância de reconhecer esses elementos não apenas como patrimônio cultural, mas como epistemologias vivas que contestam o racismo epistêmico e apontam para formas alternativas de conhecimento e existência.

3.3 Epistemologias Negras e Redefinição da Política

As epistemologias negras propõem um deslocamento paradigmático, desafiando a hegemonia do saber ocidental e iluminista. Essa perspectiva recupera saberes silenciados e legitimados, trazendo à tona a experiência e o conhecimento produzidos nas periferias, nas comunidades quilombolas e nas trajetórias de luta das populações negras.

Com isso, o conceito de política se amplia para além dos espaços institucionais tradicionais, incorporando as práticas cotidianas, as lutas simbólicas e as formas de organização baseadas na coletividade, na solidariedade e na ancestralidade. Essa reconfiguração política é crucial para a construção de projetos de emancipação que rompam com as estruturas coloniais e racistas.

Nessa perspectiva, a política deixa de ser compreendida unicamente como exercício do poder institucionalizado, passando a ser vivida como prática existencial e coletiva, onde a dimensão afetiva, espiritual e cultural ocupa lugar central.

As comunidades negras, periféricas e quilombolas, ao mobilizarem saberes ancestrais, narrativas orais, expressões artísticas e espiritualidades afro-diaspóricas, reinventam o fazer político e produzem novas formas de estar no mundo que desafiam os marcos da colonialidade. Essa ampliação do campo político implica também uma redefinição das prioridades na formulação de políticas públicas.

Em vez de intervenções tuteladas ou fragmentadas, torna-se necessário reconhecer as práticas já existentes como políticas em si como são, por exemplo, os mutirões comunitários, os terreiros, as rodas de conversa, os coletivos culturais e as experiências de cuidado coletivo entre mulheres negras. Tais práticas configuram uma matriz civilizatória baseada na *reciprocidade, no bem viver* e na centralidade da vida como valor político.

Assim, a resistência negra não apenas denuncia as opressões estruturais, mas também afirma um outro mundo possível, um mundo que já existe nas margens, nas brechas, nos territórios de luta e de esperança. Essa é a potência política que emerge da reexistência negra: não como utopia abstrata, mas como prática concreta de um projeto de sociedade centrado na dignidade, na justiça racial e na pluralidade de saberes.

3.4 Práticas de Resistência Negra: Entre o Cotidiano e a Ação Política

As práticas de resistência negra se manifestam em múltiplos níveis, permeando tanto as ações cotidianas quanto as mobilizações coletivas e políticas. No cotidiano, a resistência se expressa na afirmação da identidade negra, na preservação e renovação de saberes ancestrais, e no enfrentamento das violências simbólicas e materiais impostas pelo racismo estrutural.

Essas práticas cotidianas são, ao mesmo tempo, atos políticos, pois desafiam as narrativas hegemônicas que tentam invisibilizar ou estigmatizar as populações negras. As rodas de conversa, os terreiros, os movimentos culturais e as organizações comunitárias configuram espaços de produção de sentido e fortalecimento dos laços sociais, atuando como laboratórios de práticas políticas descoloniais.

Por outro lado, a resistência negra também se manifesta em arenas institucionais e políticas, seja por meio da militância em movimentos sociais, da ocupação de espaços de poder, ou da formulação de políticas públicas específicas. A intersecção entre o local e o global, o simbólico e o estrutural, revela a complexidade dessa luta que é simultaneamente

cultural, política e espiritual.

4. Propostas para Políticas Públicas: Incorporar a Matriz Civilizatória Negra

O reconhecimento das práticas de resistência e das epistemologias negras como fundamentos para políticas públicas implica uma mudança profunda no modo como o Estado e a sociedade enxergam e atendem as demandas das populações negras. As políticas públicas antirracistas, para serem efetivas, precisam incorporar os princípios da matriz civilizatória negra, que valorizam a coletividade, a ancestralidade, o cuidado e a autonomia.

Essa incorporação exige, entre outras medidas, a participação efetiva dos sujeitos negros na formulação, implementação e avaliação das políticas; o reconhecimento dos saberes tradicionais e das práticas culturais e espirituais; e a promoção de iniciativas que fortaleçam os territórios negros, como os quilombos e as periferias urbanas.

Diversos estudos e experiências no Brasil têm mostrado que a efetivação de políticas públicas que dialoguem com essa matriz possibilita avanços significativos no enfrentamento das desigualdades raciais, na valorização da diversidade cultural e na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Portanto, a construção de políticas públicas que reconheçam e incorporem a matriz civilizatória negra exige mais do que a inclusão formal de sujeitos historicamente excluídos. Requer uma ruptura com paradigmas coloniais e uma reorientação ética e epistemológica dos modos de pensar, fazer e aplicar política. A seguir, apresentam-se caminhos possíveis para esse reposicionamento, com base em experiências comunitárias e saberes ancestrais:

4.1 Reconhecimento dos Saberes e Práticas Ancestrais como Fundamento Político

É imprescindível que o Estado reconheça as práticas culturais, espirituais e comunitárias das populações negras como formas legítimas de produção de conhecimento e organização política. A oralidade, os rituais, os modos de cura e os saberes transmitidos intergeracionalmente nos quilombos, nos terreiros, nas periferias e nas comunidades urbanas devem ser valorizados como fundamentos para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Esse reconhecimento exige uma mudança paradigmática na forma como o Estado formula, implementa e avalia suas políticas. Ao invés de impor modelos coloniais e

eurocentrados de gestão pública, é necessário construir processos participativos que dialoguem com as cosmopercepções afro-brasileiras, baseadas na coletividade, no equilíbrio com a natureza, no tempo circular e no respeito aos mais velhos como guardiões do saber.

Isso significa assumir que o saber acadêmico não é o único válido, e que a escuta sensível às vozes historicamente silenciadas é condição para políticas realmente inclusivas e emancipadoras.

Trata-se de um movimento de descolonização das estruturas institucionais, em que o conhecimento não é apenas coletado, mas construído em coautoria com os sujeitos dos territórios.

A escuta nas rodas de conversa, a presença em festas tradicionais e celebrações espirituais, a inserção respeitosa em contextos comunitários, são formas metodológicas e políticas que possibilitam compreender as dinâmicas de resistência negra a partir de suas próprias referências.

Dessa forma, formulações políticas deixam de ser distantes e abstratas e passam a ser fruto de experiências enraizadas e vividas. Ao assumir essa perspectiva, o Estado abre caminho para uma práxis política comprometida com o *bem viver*, conceito que atravessa várias experiências de resistência nos territórios negros e indígenas, e que propõe uma convivência harmônica entre seres humanos, natureza, espiritualidade e memória ancestral. Incorporar essa matriz civilizatória na agenda pública é mais do que reparar injustiças: é ampliar as possibilidades de futuro a partir da sabedoria que persiste nos corpos e nos territórios historicamente violentados.

4.2 Participação Ativa, Territorializada e Descentralizada

A efetivação da democracia racial depende da presença efetiva das comunidades negras em todas as fases das políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. É necessário garantir instâncias de participação contínuas e enraizadas nos territórios, respeitando suas formas de organização coletiva e lideranças tradicionais, com ênfase nas mulheres negras, juventudes e povos de terreiro.

Para além da simples representação, a participação deve ser entendida como um processo de co-criação e co-gestão das políticas, que valorize o conhecimento local e as

estratégias de resistência desenvolvidas cotidianamente. Isso implica desconstruir práticas excludentes e hierárquicas presentes nas estruturas estatais, abrindo espaço para modelos horizontais de governança que garantam autonomia e protagonismo aos sujeitos negros.

Além disso, é fundamental o investimento em capacitação política e técnica, especialmente para as mulheres negras e jovens, possibilitando que ampliem seu acesso a espaços decisórios e conduzam projetos alinhados às necessidades reais de suas comunidades. A consolidação dessas instâncias participativas contribui para a construção de políticas mais legítimas, eficazes e sensíveis às especificidades culturais, sociais e econômicas dos territórios negros.

Somado a isso, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas devem ser realizados com metodologias que respeitem as particularidades dessas populações, incorporando indicadores que refletem não apenas aspectos quantitativos, mas também qualitativos, ligados à valorização da identidade, do pertencimento e da reparação histórica.

Portanto, a efetivação de uma democracia racial verdadeira passa necessariamente pela institucionalização de processos participativos que fortaleçam as redes de resistência e assegurem que as políticas públicas sejam expressões concretas dos anseios e das lutas das populações negras.

4.3 Territorialização e Intersetorialidade

As políticas públicas devem considerar os territórios negros como espaços de vida, cultura e resistência, e não como áreas de vulnerabilidade a serem assistidas. Isso implica em ações intersetoriais articuladas entre educação, saúde, cultura, segurança alimentar, habitação, transporte, regularização fundiária e economia solidária, respeitando as especificidades e demandas locais.

Para tanto, é fundamental garantir a escuta ativa e a participação efetiva das comunidades na formulação, implementação e avaliação das políticas, assegurando que as soluções não sejam impostas de forma verticalizada, mas construídas coletivamente a partir dos saberes e práticas já existentes nesses territórios.

Reconhecer a centralidade da ancestralidade, das lideranças comunitárias, das expressões culturais e das formas autônomas de organização social é essencial para romper

com lógicas coloniais de gestão pública e promover uma justiça territorial que valorize os modos de vida negros. Ao invés de intervenções pontuais e paliativas, é preciso investir em políticas estruturantes, duradouras e emancipatórias que fortaleçam a soberania dos povos negros sobre seus territórios e projetos de vida.

4.4 Formação Antirracista e decolonial para Agentes Públicos

Propõe-se a criação de programas de formação permanente voltados a servidores e gestoras/es públicas/os com foco nas relações étnico-raciais, espiritualidades afro-brasileiras, história e cultura africana e afro-brasileira, epistemologias negras e práticas de justiça restaurativa. O objetivo é transformar a cultura institucional e promover o enfrentamento do racismo nas estruturas do Estado.

Essa abordagem territorializada reconhece a historicidade e a diversidade das comunidades negras, valorizando suas práticas coletivas e modos de vida como elementos centrais para a formulação das políticas. “A experiência vivida é um local de teorização, de onde emergem saberes que desafiam o cânone branco e patriarcal” (HOOKS, 1992, p. 145).

As intervenções devem partir do diálogo com os próprios territórios, respeitando seus ritmos, saberes e estruturas sociais, de modo a fortalecer a autonomia e a capacidade de autogestão.

No âmbito da educação, por exemplo, a inclusão de conteúdos que promovam a história, a cultura e a contribuição dos povos negros deve ser priorizada, ao mesmo tempo em que se incentivem metodologias pedagógicas que valorizem a oralidade e as narrativas ancestrais. Na saúde, a valorização das práticas de cura tradicionais, associadas ao atendimento multicultural, fortalece a integralidade do cuidado.

A segurança alimentar deve levar em conta os sistemas tradicionais de produção e conservação de alimentos presentes nas comunidades, incentivando a agricultura familiar e sustentável. Já a regularização fundiária representa uma medida fundamental para garantir o direito à terra, essencial para a reprodução cultural e social das comunidades quilombolas e periféricas.

Por fim, a economia solidária, pautada na cooperação e no fortalecimento dos empreendimentos coletivos, deve ser apoiada como alternativa econômica que potencializa a

autonomia das populações negras, especialmente das mulheres e juventudes, contribuindo para a superação das desigualdades estruturais.

Dessa forma, as políticas públicas que incorporem essa matriz civilizatória têm o potencial de transformar as relações sociais, econômicas e culturais no país, promovendo justiça racial e reconhecimento pleno dos direitos históricos das comunidades negras.

4.5 Fomento à Cultura Negra e às Economias Comunitárias

É urgente garantir financiamento público estável e acessível para iniciativas negras nas áreas da arte, cultura, memória, comunicação comunitária e economia solidária. Incentivos a redes de produção e consumo baseadas na coletividade, no cuidado e na sustentabilidade são caminhos para a autonomia econômica e a valorização das formas negras de viver e produzir.

O financiamento público deve ser estruturado de forma transparente, participativa e descentralizada, garantindo que os recursos cheguem diretamente às comunidades e grupos organizados, sem burocracias que dificultem o acesso. Programas específicos para mulheres negras, juventudes e lideranças tradicionais são essenciais para fortalecer o protagonismo desses sujeitos nas dinâmicas de produção cultural, econômica e social.

Além disso, a articulação entre diferentes esferas governamentais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e movimentos sociais amplia o alcance e a eficácia dessas iniciativas. A construção de parcerias que respeitem as autonomias locais e estimulem a cooperação solidária fortalece as redes comunitárias e potencializa os impactos positivos nas comunidades.

A valorização das formas negras de viver e produzir deve se refletir em políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis e comunitárias, reconhecendo que a economia negra não se limita à lógica do mercado tradicional, mas se apoia em princípios de solidariedade, cuidado mútuo e respeito à natureza. Assim, a autonomia econômica torna-se um elemento central para a manutenção da identidade cultural e para a efetivação de direitos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

4.6 Reencantamento da Política

Por fim, propõe-se o reencantamento da política a partir das matrizes civilizatórias

africanas e afro-brasileiras. Isso significa recolocar o afeto, o cuidado, a espiritualidade, o corpo e a ancestralidade como dimensões constitutivas da ação pública. A política deixa, assim, de ser um campo tecnocrático ou exclusivamente racional para se tornar também um espaço de cura, memória e transformação coletiva.

Esse reencantamento da política implica um deslocamento epistemológico e prático, em que as políticas públicas passam a reconhecer as múltiplas formas de existência e resistência presentes nas comunidades negras. Incorporar o afeto e o cuidado como princípios orientadores da ação pública é romper com a lógica excludente e fragmentada que frequentemente permeia as instituições estatais.

A espiritualidade, entendida como conexão com o sagrado, a ancestralidade e os vínculos comunitários, deve ser valorizada como um saber legítimo e fonte de fortalecimento coletivo. Ao considerar o corpo como território de disputa política, as políticas públicas podem contribuir para a superação de violências estruturais e para a promoção de um projeto social inclusivo e emancipatório.

Nesse sentido, a construção de uma política reencantada é também um ato de resistência, que reafirma a dignidade e a potência das populações negras frente aos legados coloniais e racistas. Trata-se de um convite para que o Estado e a sociedade se abram para outras formas de pensar, sentir e agir, ampliando os horizontes possíveis da democracia e da justiça social.

5. Conclusão

Este estudo procurou demonstrar que a resistência negra não se limita a uma resposta reativa ao racismo estrutural, mas constitui, ela própria, um projeto político de sociedade, enraizado em práticas ancestrais, culturais, espirituais e comunitárias. Ao problematizar as dicotomias corpo/política e indivíduo/coletivo, o artigo evidenciou como a experiência negra, historicamente silenciada, ressignifica o fazer político a partir de uma ética do cuidado, da coletividade e da ancestralidade.

A centralidade do corpo como território político, a valorização das epistemologias negras e a espiritualidade como dimensão da vida coletiva foram articuladas na construção de uma nova gramática política. Esse deslocamento exige que o Estado e suas políticas públicas

abandonem os paradigmas coloniais de gestão e representação, passando a reconhecer outras formas de produção de conhecimento, autoridade e justiça.

As propostas aqui apresentadas apontam para a necessidade de políticas públicas que não apenas incluem os sujeitos negros em moldes já dados, mas que se deixem transformar por seus saberes e formas de vida. Incorporar a matriz civilizatória negra significa assumir um compromisso radical com a pluralidade, a dignidade e a reparação histórica, um gesto não apenas ético, mas civilizatório.

Ao propor o reencantamento da política a partir da negritude, este artigo também afirma o poder criador da resistência negra. Trata-se de uma aposta na construção de mundos onde a justiça não seja exceção, mas fundamento, e onde a vida negra não apenas resista, mas floresça em liberdade, memória e afeto.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. (Obra original publicada em 1952; tradução baseada na edição francesa de 1967).

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. (Obra original de 1994, Teaching to transgress). [Nota: versão brasileira com título e ano correspondente ao conteúdo citado]

KIOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, Ana Flávia. *Religiões afro-brasileiras e direitos humanos*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2019.